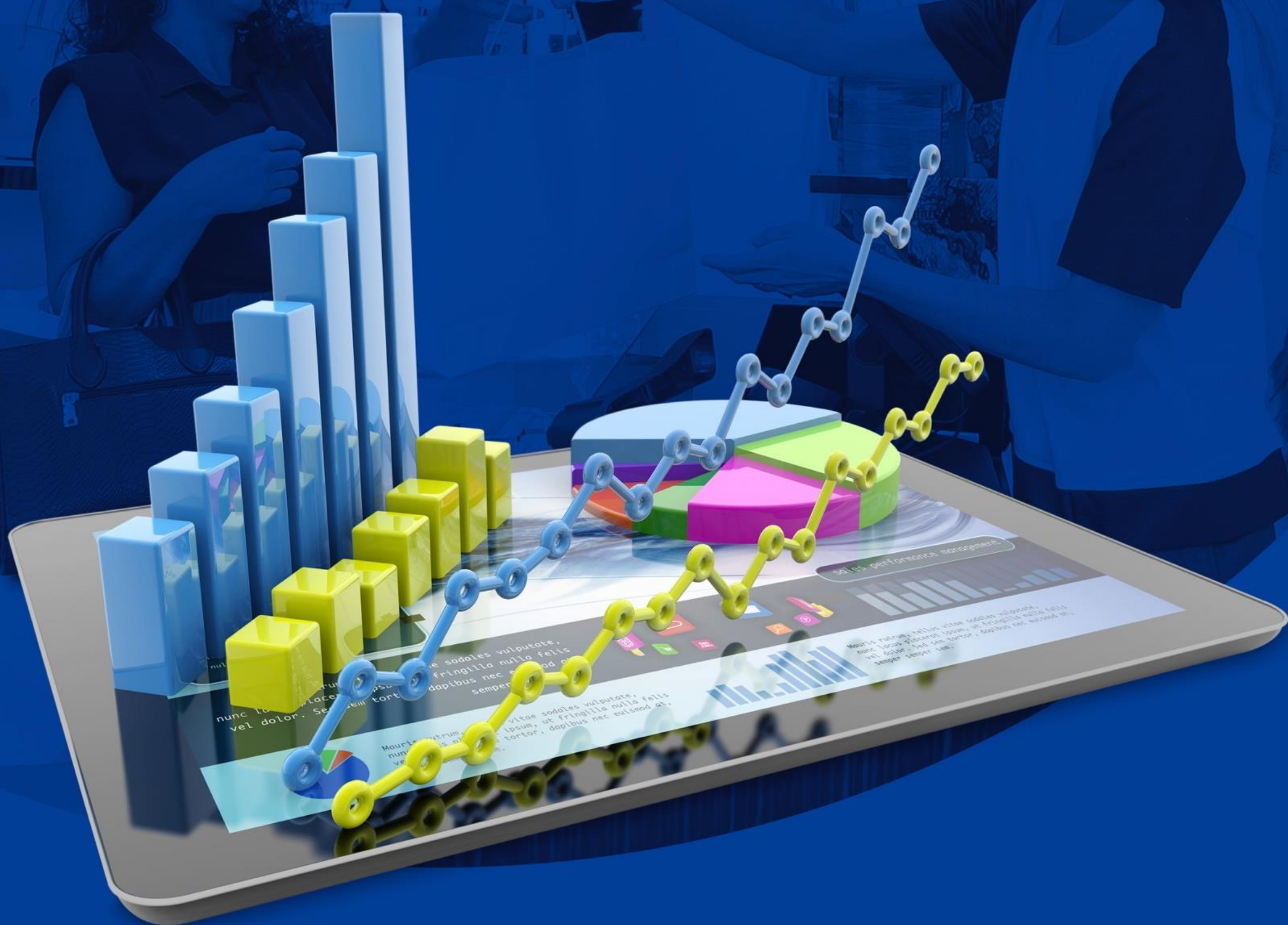




PANORAMA DO COMÉRCIO

Agosto/ 2026



RESUMO

COPOM REDUZ TAXA SELIC PARA 14% AO ANO, MAS DIVULGA ATA CAUTELOSA; VENDAS DO COMÉRCIO CRESCEM 1,9% NO 1º SEMESTRE DE 2026

Reunido nos dias 04 e 05 de agosto, o Comitê de Política Monetária reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, mantendo o mesmo ritmo das decisões anteriores. A ata da reunião ressalta, contudo, que o risco de aceleração da inflação ainda é relevante, destacando a importância do controle fiscal na contenção dos preços. Na leitura da ata, não há antecipação dos próximos passos do Copom, mas a mensagem de que, a depender dos dados, o ciclo de queda dos juros pode ser interrompido.

Desde a divulgação da ata, novos dados foram divulgados, entre eles a inflação de julho. De acordo com o IBGE, o IPCA registrou variação de 4,4% no acumulado de 12 meses. O resultado ficou abaixo do teto da meta, o que pode ser lido como um dado positivo. No entanto, a inflação de serviços segue pressionada, com alta de 5,8% no acumulado de 12 meses. Os preços desse setor refletem diretamente o momento do mercado de trabalho.

É bem verdade que a taxa de desemprego já não estão na mínima histórica e a criação de vagas formais desacelerou. No entanto, o desemprego segue baixo, o que mantém aquecida a demanda por serviços.

Panorama do Comércio

**1,9%**

Crescimento das vendas do comércio varejista no 1º semestre de 2026

**1,9%**

Crescimento das vendas do varejo ampliado no 1º semestre de 2026

**5,5%**

Crescimento das vendas de Materiais para escritório no 1º semestre de 2026

Panorama Macro

**4,4%**

Inflação acumulada em jul-26 (IPCA)

**921.645**

Saldo de empregos formais criados no 1º semestre de 2026

**14,0%**

Taxa SELIC em porcentagem ao ano

No comércio, esta edição do Panorama destaca os resultados das vendas do 1º semestre. As vendas registraram crescimento de 1,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior, tanto no varejo ampliado quanto no comércio varejista. As vendas de “Materiais para escritório”, segmento que inclui equipamentos de informática, seguem liderando o crescimento das vendas. Vale destacar, porém, que outros importantes segmentos registram crescimento mais modesto, como de “Tecidos, vestuário e calçados” e “Hipermercados e Supermercados”.

No quadro do consumidor, o indicador de confiança apurado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) segue abaixo de 90 pontos e registrou queda expressiva no segmento populacional de menor renda.

Por fim, dados do mercado de crédito mostram que as operações de antecipação de duplicatas e recebíveis representam 11,9% do saldo de crédito livre para empresas, ficando atrás apenas do capital de giro. Essa modalidade deverá ganhar novo impulso com a implantação das duplicatas escriturais, que representam modernização desse instrumento. No sobe e desce dos dados conjunturais, as mudanças recentes no mercado de crédito serão um vetor estrutural importante para o ambiente de negócios nos próximos anos.

Termômetro do consumidor



88,3 pontos

Indicador de Confiança do Consumidor (escala de zero a 200)



75,1%

Número de consumidores negativados em jul-26

VENDAS DO COMÉRCIO

Vendas do varejo ampliado e do comércio varejista crescem 1,9% na comparação entre o 1º semestre de 2026 e o mesmo período do ano anterior

Dados do IBGE mostram que, no 1º semestre de 2026, as vendas do varejo ampliado registraram crescimento de 1,9% na comparação com o 1º semestre de 2025. Essa segmentação reúne todas as atividades comerciais acompanhadas pelo IBGE. As vendas do comércio varejista, que desconsidera segmentos mais específicos, como o de veículos, motocicletas e materiais de construção, registrou o mesmo crescimento no período. A comparação mensal, entre junho e maio de 2026, mostra queda de 1,0% nas vendas do varejo ampliado, enquanto as vendas do comércio varejista cresceram 0,5%. Os dados mostram ainda que, na comparação entre um mês e o mesmo mês do ano anterior, as vendas só recuaram em fevereiro e, de maneira ainda mais discreta, em maio. Por fim, esta edição do Panorama também destaca os dados da Pesquisa Anual do Comércio (PAC) de 2024, publicada neste ano. Conduzida pelo IBGE, essa pesquisa fornece um panorama sobre o desempenho do setor no país. De acordo com a PAC, em 2024 foram observadas 1,6 milhão de empresas comerciais no Brasil, com faturamento de cerca de R\$ 8,4 trilhões e emprego de 10,6 milhões.

Acumulado no ano 1º semestre de 2026 ante 1º semestre de 2025

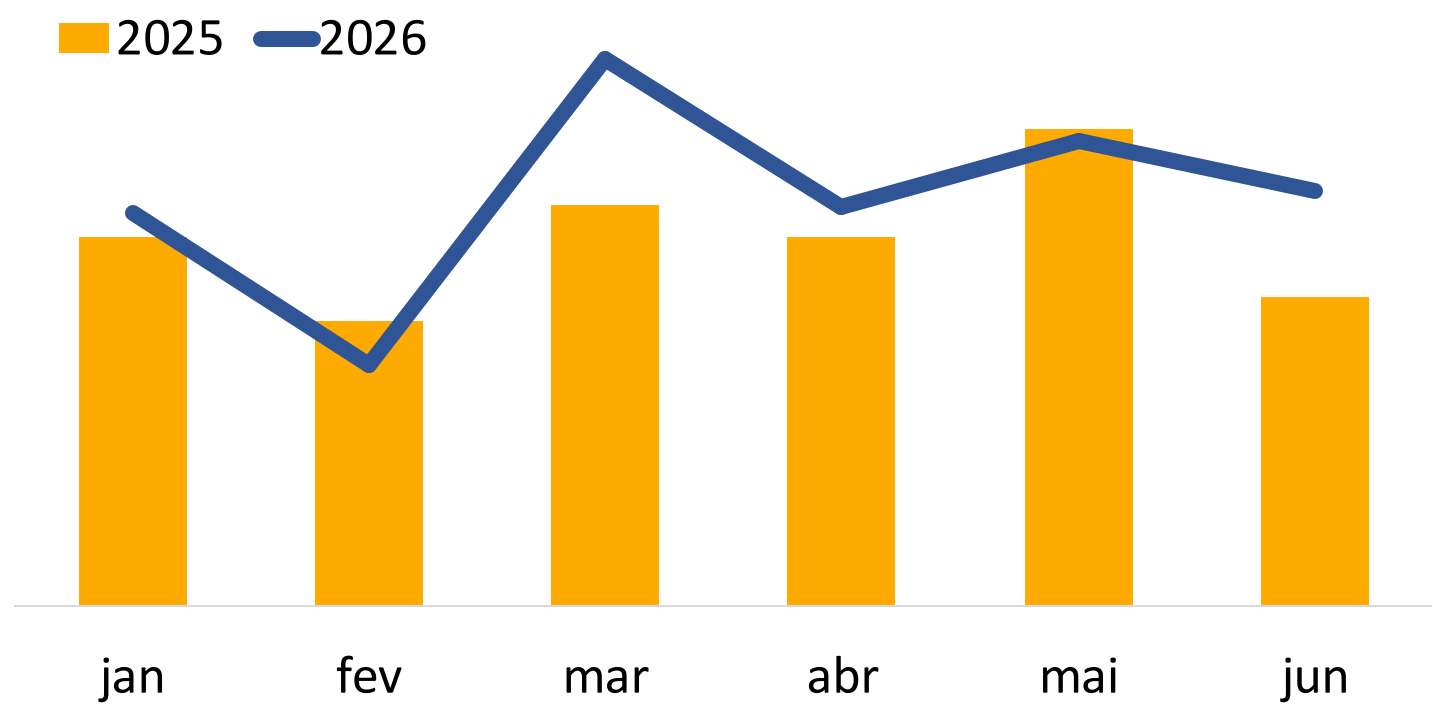
Varejo Ampliado	1,9%
Comércio varejista	1,9%

Variação mensal Junho de 2026 ante maio de 2026

Varejo Ampliado	-1,0%
Comércio varejista	0,5%

Vendas do Varejo Ampliado

Número Índice (2022 = 100)



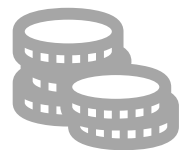
1,6 milhão

Empresas comerciais no Brasil (PAC, 2024)



R\$ 8,4 tri

Receita Bruta



VENDAS DO COMÉRCIO POR SEGMENTO

No 1º semestre de 2026, oito das 11 atividades comerciais registraram crescimento das vendas e duas notaram queda; segmento de “Materiais para escritório” lidera alta

No 1º semestre de 2026, as vendas de “Materiais para escritório” lideraram o crescimento entre os segmentos do comércio, com avanço de 5,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse segmento inclui equipamentos de informática. Em seguida, aparecem os segmentos de “Artigos médicos e farmacêuticos” (4,6%) e de “Livros, jornais, revistas e papelaria” (4,2%). Das 11 atividades comerciais segmentadas pelo IBGE, apenas duas registraram queda no acumulado do ano: “Materiais para construção”, com recuo de 0,8%, e “Tecidos, vestuário e calçados”, com desempenho próximo da estabilidade. No segmento de “Hipermercados e Supermercados”, os resultados mostram um crescimento modesto, de 1,3%. No segmento de “Outros artigos de uso pessoal e doméstico”, as vendas cresceram 1,2%.

Segmento do comércio	Acumulado no ano	Mensal
 Materiais para escritório	5,5%	-1,3%
 Artigos médicos e farmacêuticos	4,6%	0,2%
 Livros, jornais, revistas e papelaria	4,2%	-9,9%
 Móveis e eletrodomésticos	3,8%	0,4%
 Veículos, motocicletas, partes e peças	2,8%	-1,5%
 Combustíveis e lubrificantes	2,1%	-1,7%
 Atacadista de alimentação e bebidas	1,9%	-
 Hipermercados e supermercados	1,3%	1,1%
 Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,2%	2,4%
 Tecidos, vestuário e calçados	-0,2%	-2,6%
 Material de construção	-0,8%	-3,5%

MERCADO DE TRABALHO

Saldo de criação de vagas no 1º semestre de 2026 chega a 921.645, mostra CAGED; resultado recua na comparação com o mesmo período de 2025

Informações divulgadas pelo CAGED mostram que, em junho de 2026, o saldo de vagas formais criadas na economia brasileira foi de 145.161. No acumulado do ano, isto é, no 1º semestre de 2026, o resultado chegou a 921.645. O saldo de criação de vagas formais é calculado como a diferença entre o total de admissões e o total de demissões na economia local. Ao longo do semestre, o setor de serviços liderou a criação de vagas formais, com saldo de 571.926. Em seguida, aparece o setor de construção, com saldo de 168.962. O comércio registra saldo negativo de 3.514 vagas formais, indicando que, ao longo do período as demissões superaram as admissões. Na comparação com o 1º semestre de 2025, considerando o conjunto de todos os setores, houve uma redução no ritmo de criação de vagas formais. Naquele semestre, o saldo acumulado foi de mais de 1,2 milhão. Por fim, os dados do IBGE mostram que a taxa de desemprego foi estimada em 5,4% no 2º trimestre de 2026. Essa taxa apresentou alta na comparação com o trimestre anterior, mas segue em patamar historicamente baixo.

145.161

Saldo de criação de vagas formais em junho de 2026

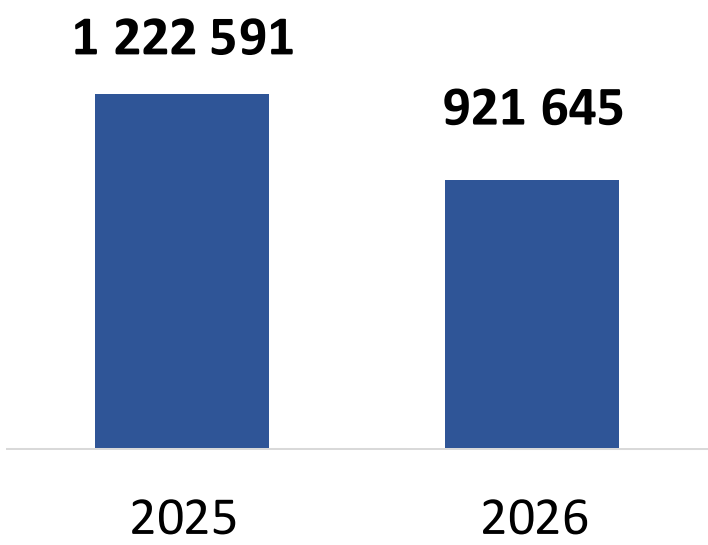


5,4%

Taxa de desemprego no 2º trimestre de 2026

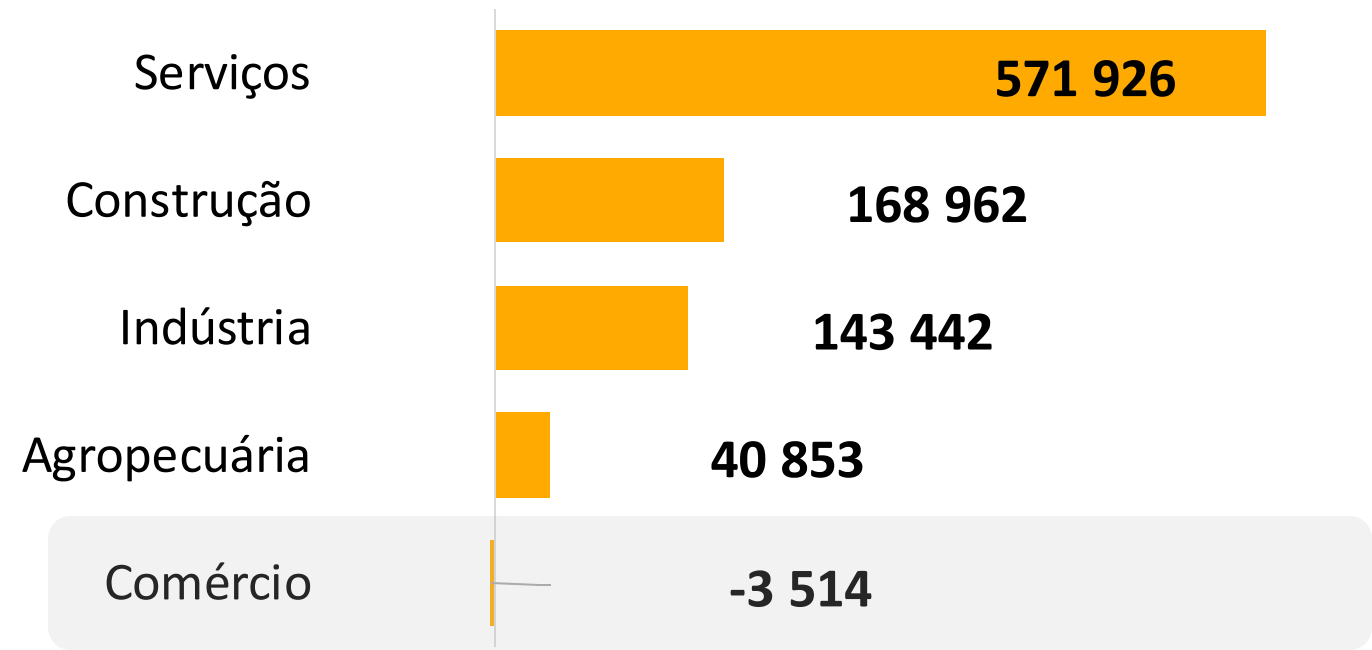


Saldo de criação de vagas no 1º semestre de cada ano



Dados por setor

Acumulado no ano



Errata

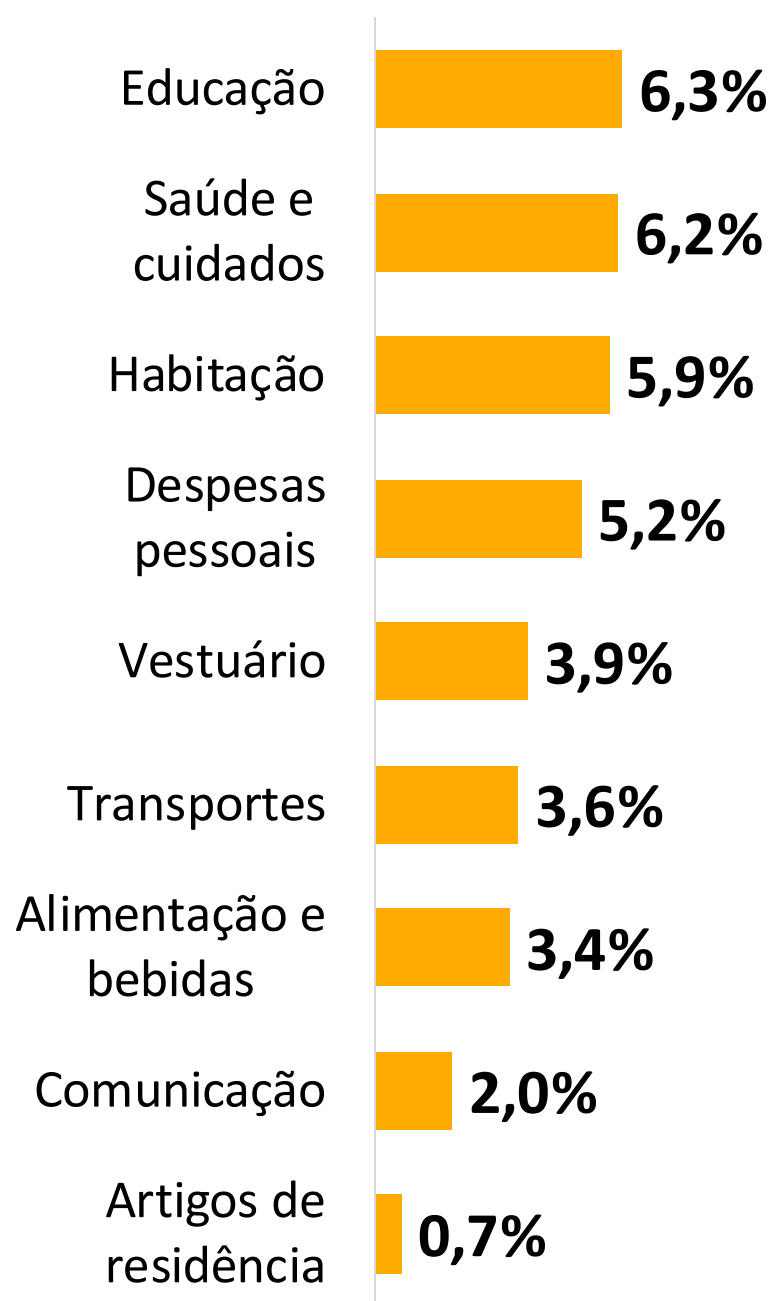
Na edição anterior, o título da série histórica apresentava o dado como sendo do comércio. Na verdade, o saldo acumulado divulgado na ocasião (730....) referia-se ao conjunto de todos os setores

INFLAÇÃO

IPCA acumulado em 12 meses desacelera e volta a ficar abaixo da meta; inflação de serviços mantém-se elevada e reforça os desafios do processo de desinflação

Maiores altas do IPCA

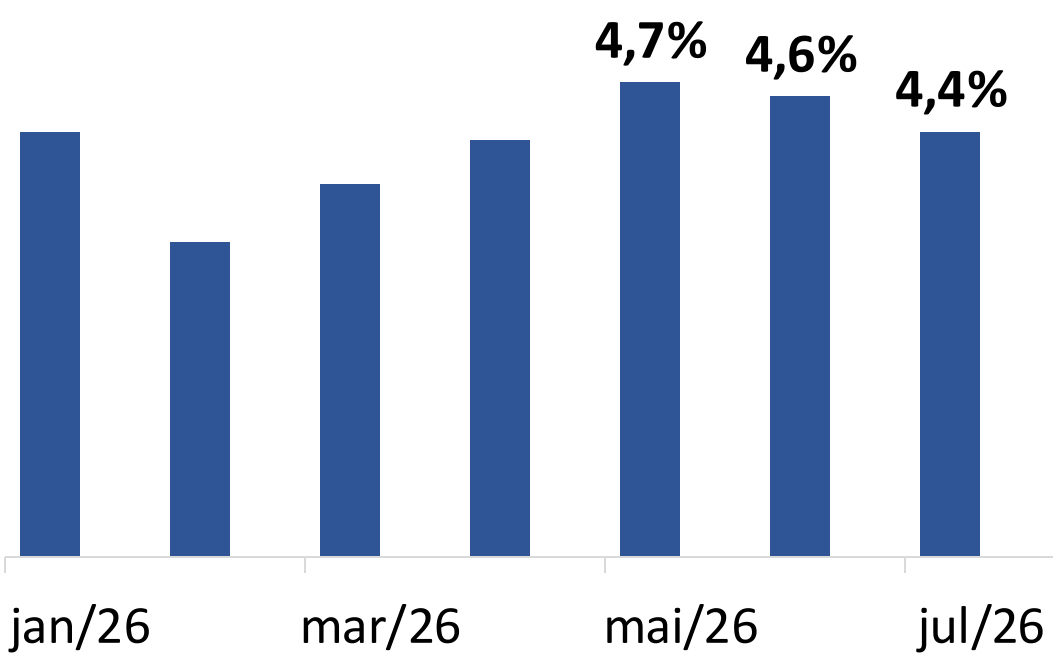
Acumulado em 12 meses



De acordo com dados do IBGE, o IPCA registrou variação de 4,4% no acumulado dos 12 meses encerrados em julho de 2026. Pela segunda vez consecutiva, o ritmo de crescimento dos preços desacelerou. No acumulado dos 12 meses encerrados em maio de 2026, o IPCA acumulou alta de 4,7%. O resultado mais recente mostra, ainda, que a inflação ficou abaixo do teto da meta. Itens importantes, como de “Alimentação e bebidas”, seguem apresentando alta modesta, com variação acumulada de 3,4%. Os itens de “Educação” seguem na dianteira, com alta de 6,3%, seguidos dos itens de “Saúde e cuidados” (6,2%) e “Habitação” (5,9%). Mesmo com os dados recentes mais favoráveis, a inflação de serviços ainda chama a atenção. No acumulado dos 12 meses encerrados em julho de 2026, o crescimento foi de 5,8%. Além disso, as projeções para a inflação de 2026, embora tenham recuado nas últimas divulgações do Boletim Focus, ainda situam-se acima da meta. Em suma, o cenário para os preços ainda demanda cautela, com mostra a Ata do Comitê de Política Monetária apresentada a seguir.

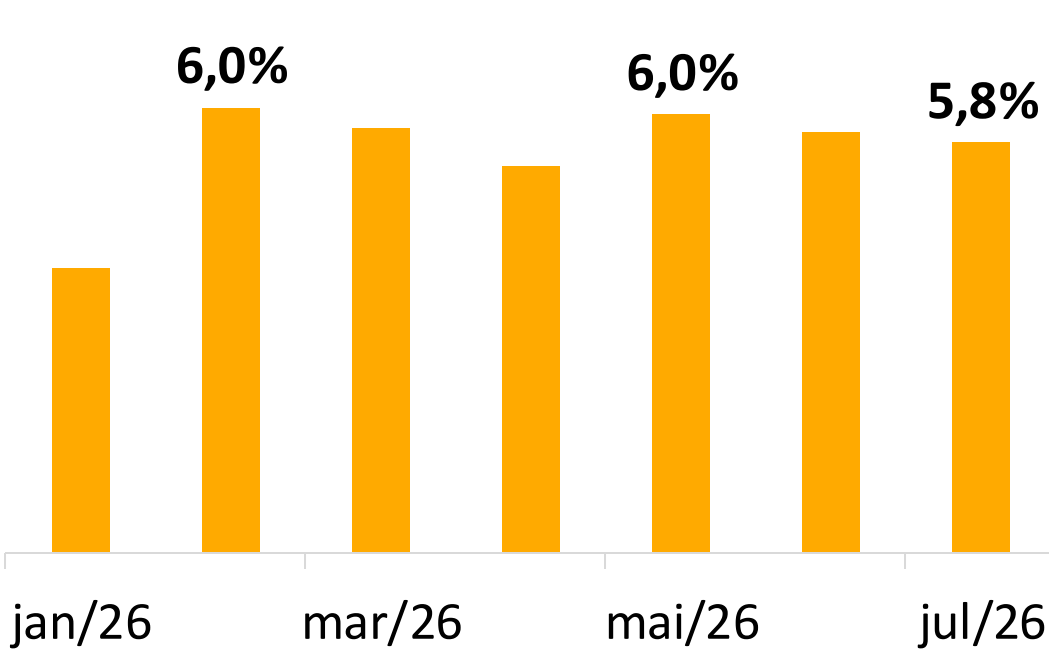
IPCA – Índice Geral

Acumulado em 12 meses



IPCA – Serviços

Acumulado em 12 meses



POLÍTICA MONETÁRIA

SELIC é fixada em 14,0%, mas Ata do COPOM deixa próximos passos em aberto; projeções do Comitê mostram inflação acima da meta em 2026

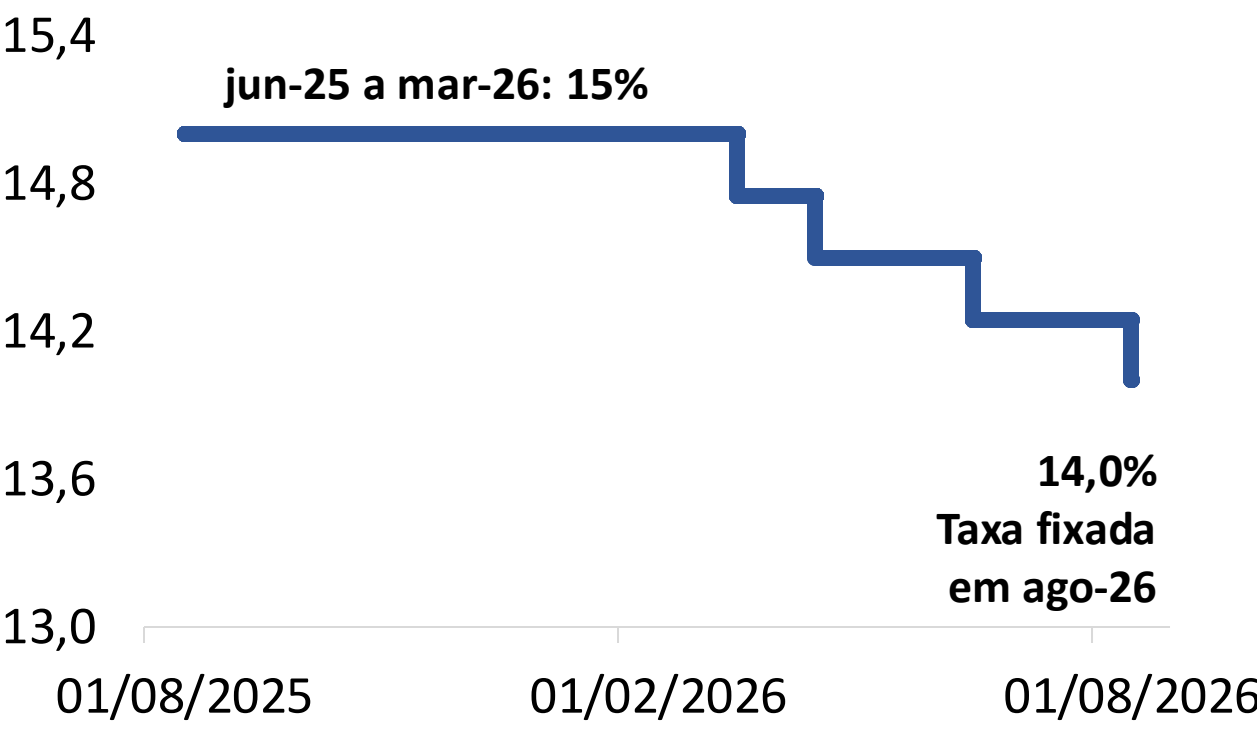
Reunido nos dias 04 e 05 de agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual. Com isso, a Selic passou para 14,0% ao ano. Esse foi quarto corte da taxa desde que o Copom iniciou o novo ciclo de queda em março de 2026. A leitura da ata divulgada em 11 de agosto mostra, contudo, que a autoridade monetária segue enxergando desafios para a política monetária. O documento ressalta que os riscos de aceleração da inflação ainda estão presentes e que, no momento, demandam mais atenção do que os fatores que poderiam levar a uma desaceleração da inflação. Vale notar que a decisão do Copom veio depois da divulgação do IPCA de julho. A ata destaca que as próximas de decisões poderão ser ajustadas para incorporar novos dados, evitando antecipar um futuro corte. O controle dos gastos públicos também foi destacado pela comunicação do Copom, visto como essencial para a convergência da inflação para a meta. Por fim, as projeções do Copom indicam que o IPCA deverá encerrar 2026 com alta de 5,1%, acima do teto da meta.

Ata do COPOM

“O cenário atual, caracterizado por significativo aumento da incerteza, “desancoragem” das expectativas e riscos elevados em torno do cenário base, demanda serenidade e cautela na condução da política monetária. O Comitê seguirá incorporando novas informações e acompanhando a evolução do cenário de forma a manter a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta.”

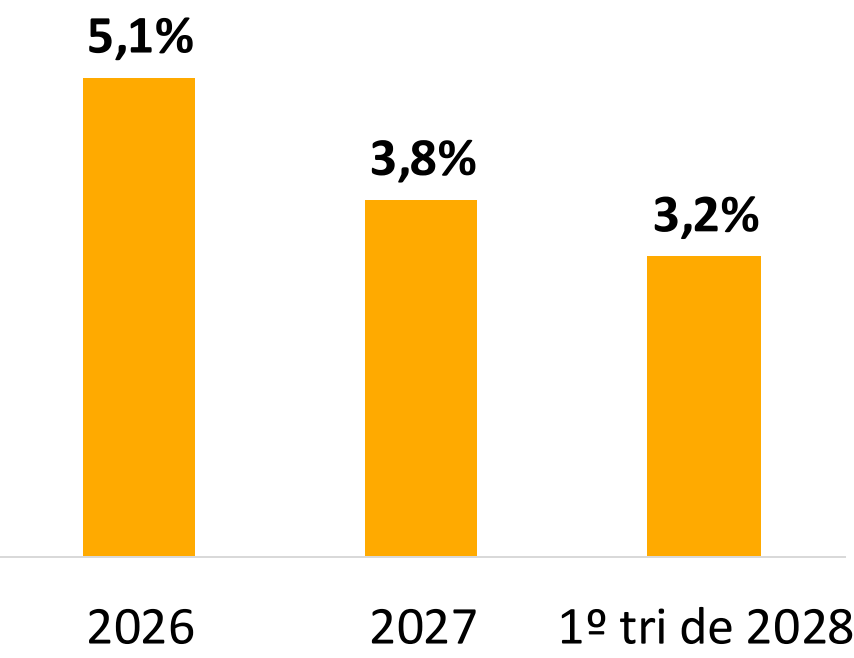
Taxa SELIC

Em % ao ano



Projeção para o IPCA

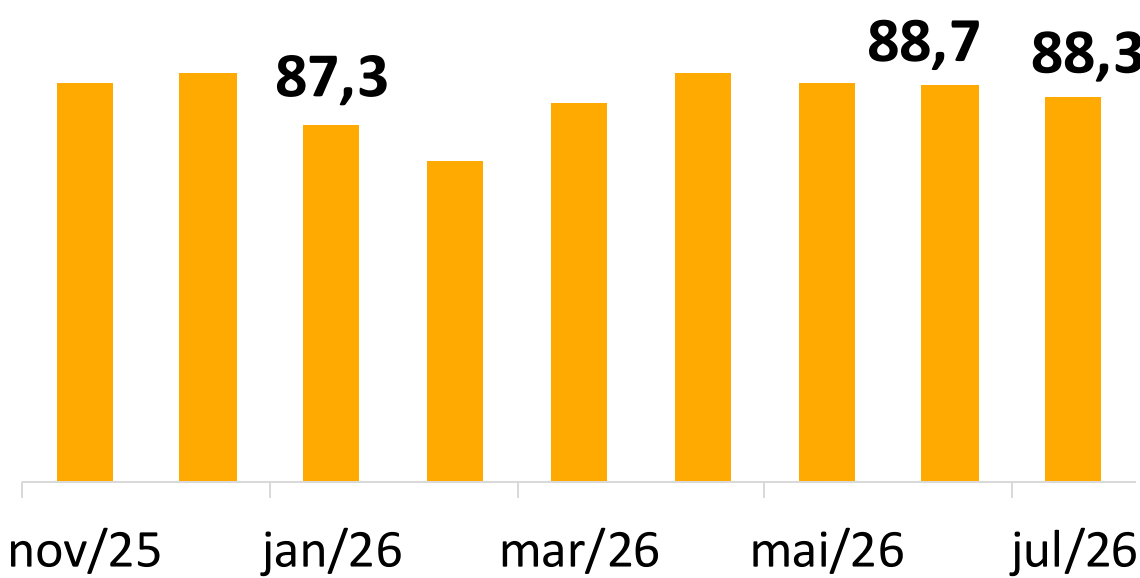
Acumulado em 4 trimestres



TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

Indicador de Confiança do Consumidor recua entre a população de menor renda; taxa de inadimplência chega a 38,5% entre famílias com renda de até 3 salários-mínimos

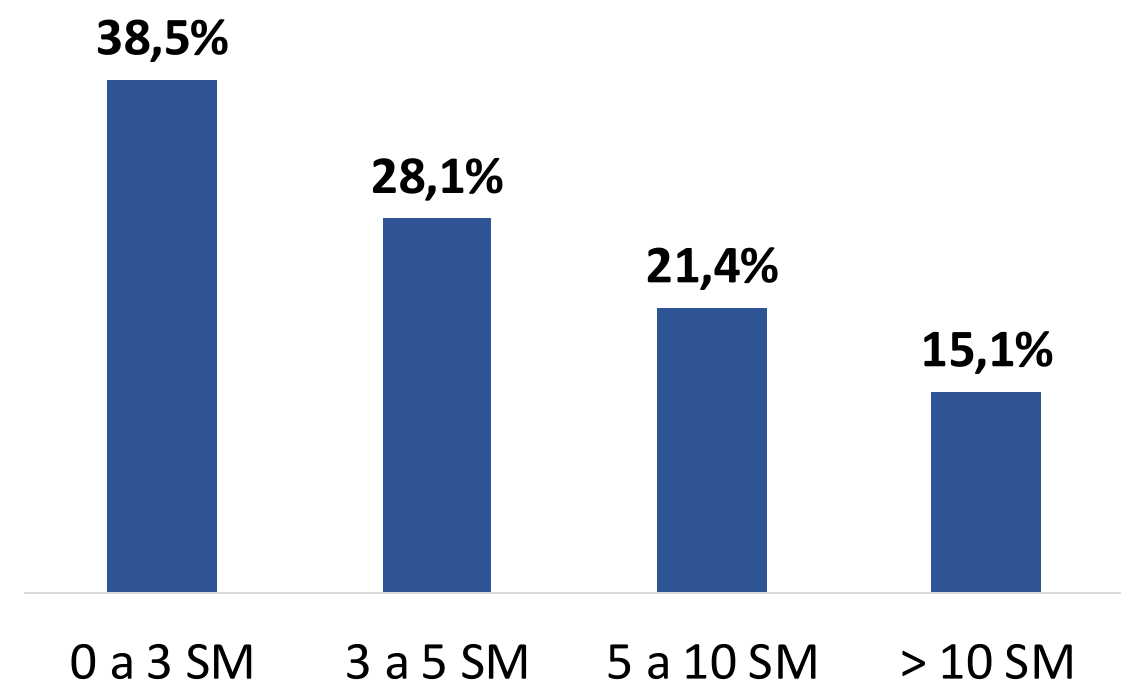
Indicador de Confiança do Consumidor
Número índice (zero a 200)



Em julho de 2026, o Indicador de Confiança do Consumidor registrou 88,3 pontos, de acordo com dados divulgados pela Fundação Getulio Vargas (FGV). O resultado ficou ligeiramente abaixo do observado na medição anterior (88,7 pontos). A abertura dos dados por faixa de renda mostra, contudo, variações bem mais expressivas. No recorte de renda de até R\$ 2,1 mil, a confiança recuou 10,5 pontos, passando de 90,3 para 79,8 pontos em apenas um mês.

Já no recorte de renda de R\$ 4,8 mil a R\$ 9,6 mil, a confiança subiu 5,9 pontos, passando de 86,2 para 92,1. Pela metodologia do indicador, resultados acima de pontos indicam prevalência do otimismo; resultados abaixo dessa marca revelam a prevalência do pessimismo. O endividamento persistente ajuda a explicar o desempenho da confiança, sobretudo nas faixas de menor renda. De acordo com dados divulgados pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), entre as famílias com renda de até três salários-mínimos, 38,3% têm dívidas em atraso. Nos extratos maiores de renda, esse percentual diminui, chegando a 15,1% entre as famílias com mais de 10 salários-mínimos.

Inadimplência por faixa de renda
Percentual de famílias



Confiança por faixa de renda
Número índice (zero a 200)

	Jun-26	Jul-26	Variação
Até 2,1 mil	90,3	79,8	-10,5
Entre 2,1 mil e 4,8 mil	87,3	87	-0,3
Entre 4,8 mil e 9,6 mil	86,2	92,1	5,9
Acima de 9,6 mil	91,7	92,1	0,4

MERCADO DE CRÉDITO

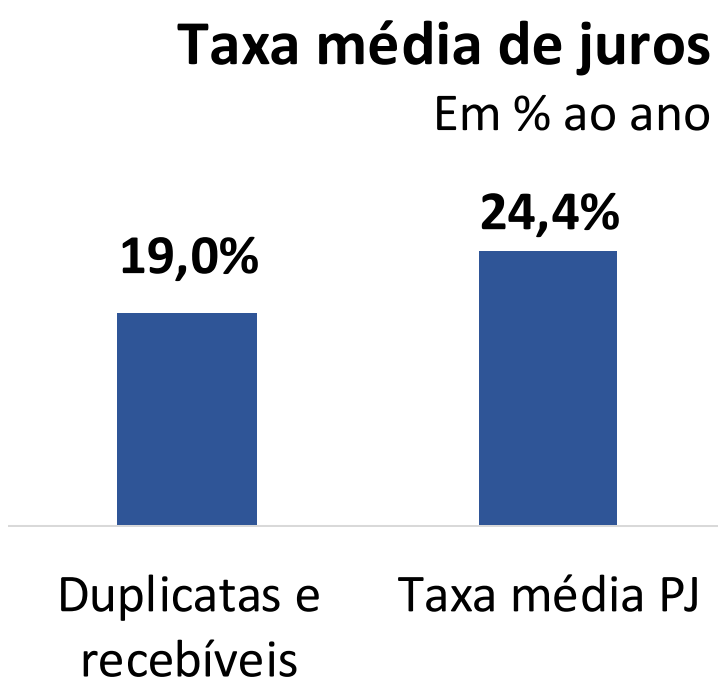
Desconto de duplicatas e recebíveis representam 11,9% no saldo de crédito livre para empresas; duplicata escritural deve impulsionar modalidade

Entre as diversas modalidades de crédito para empresas, a antecipação de duplicatas e recebíveis tem peso importante no mercado brasileiro. Considerando as operações com recursos livres, isto é, não regulamentadas, essa modalidade representa 11,9% do saldo de crédito. De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB), o saldo total das operações de antecipação de recebíveis e duplicatas, vencidas ou a vencer, chegou a 192 bilhões. Os dados do BCB mostram ainda que a taxa média de juros das modalidades de antecipação foi de 19,0%, ante 24,4% da média que inclui todas as modalidades. Com a chegada das duplicatas escriturais, a expectativa é de que o volume de crédito na modalidade cresça ainda mais. O novo modelo, que está em fase de implantação, surge para substituir os documentos físicos e centralizar as informações sobre uma duplicata, reduzindo o risco de fraudes e tornando mais atrativas as operações de crédito que usam esse instrumento. A implantação será feita por fases, começando pelas empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões.

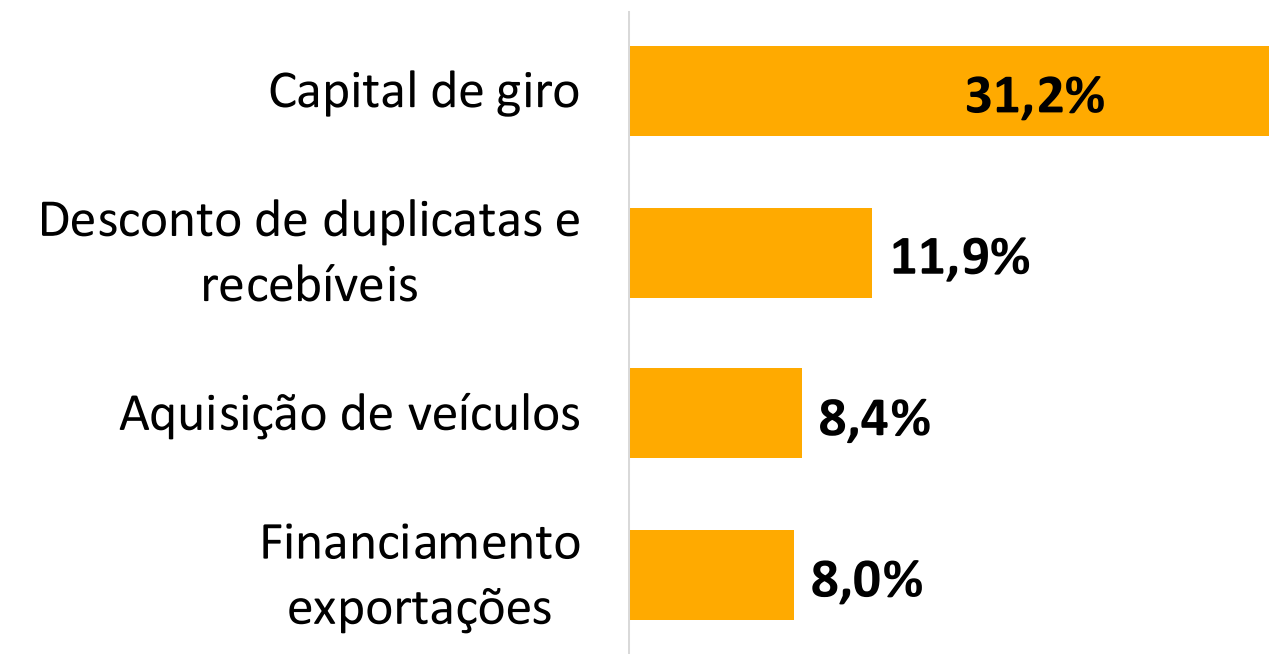
R\$ 192 bi

Saldo de crédito na modalidade antecipação de duplicatas e recebíveis





Principais modalidades de crédito no segmento PJ



Fases da duplicata escritural

- Jun-27

Renda bruta anual superior a R\$ 300 milhões
- Dez-27

Renda bruta anual entre R\$ 4,8 milhões a R\$ 300 milhões
- Jun-28

Renda bruta anual entre R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões

INDICADORES DE INADIMPLÊNCIA

Refletindo a alta do endividamento, número de consumidores negativados é estimado em 75,1 milhões; inadimplência também avança entre empresas



75,1 mi

Estimativa do número de negativados (PF) em jul-26



44,7%

Percentual da população adulta negativada



65,9%

Percentual das dívidas que têm o setor bancário como credor



29,2

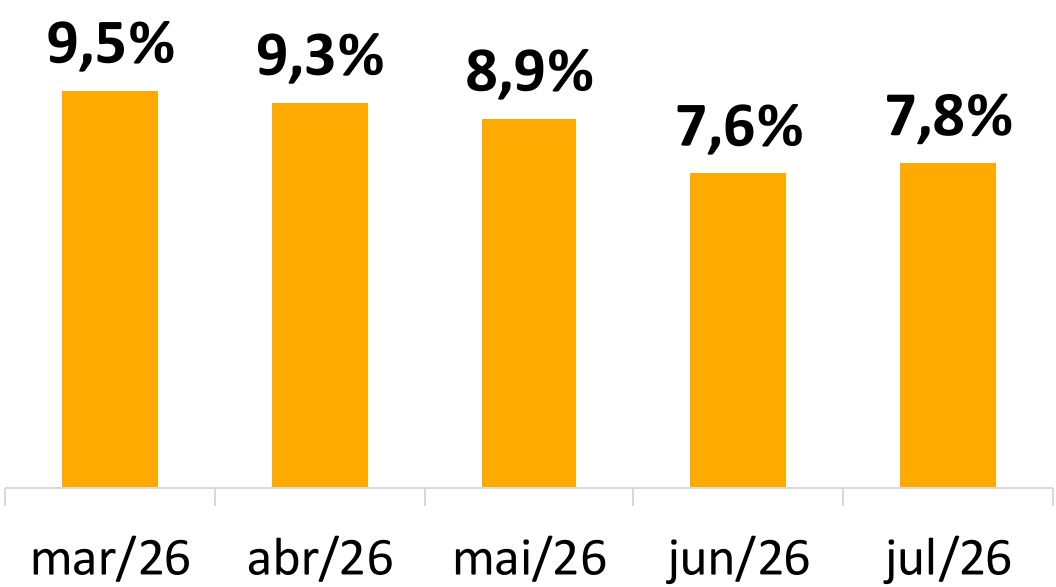
Tempo médio de atrasos em meses

Em julho de 2026, o número de pessoas físicas negativadas no país chegou a 75,1 milhões, de acordo com estimativas do SPC Brasil e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Em termos percentuais, essa cifra representa 44,7% da população adulta. Na comparação entre julho de 2026 e o mesmo mês de 2025, constata-se que o número de negativados cresceu 7,8%. O ritmo é menor do que o verificado no início do ano: em março de 2026, o avanço chegou a 9,5%. Ainda assim, mesmo com a desaceleração, o número de negativados segue crescendo a uma taxa expressiva. O detalhamento dos dados revela que 65,9% das dívidas em atraso têm o setor bancário como credor e que, entre os negativados, o tempo médio de atraso é de 29,2 meses. Por fim, o Indicador de inadimplência de pessoas jurídicas mostra que o número de empresas negativadas cresceu 13,6% em julho. O avanço da negativação reflete o quadro de aperto financeiro das famílias, mesmo com o mercado de trabalho aquecido.

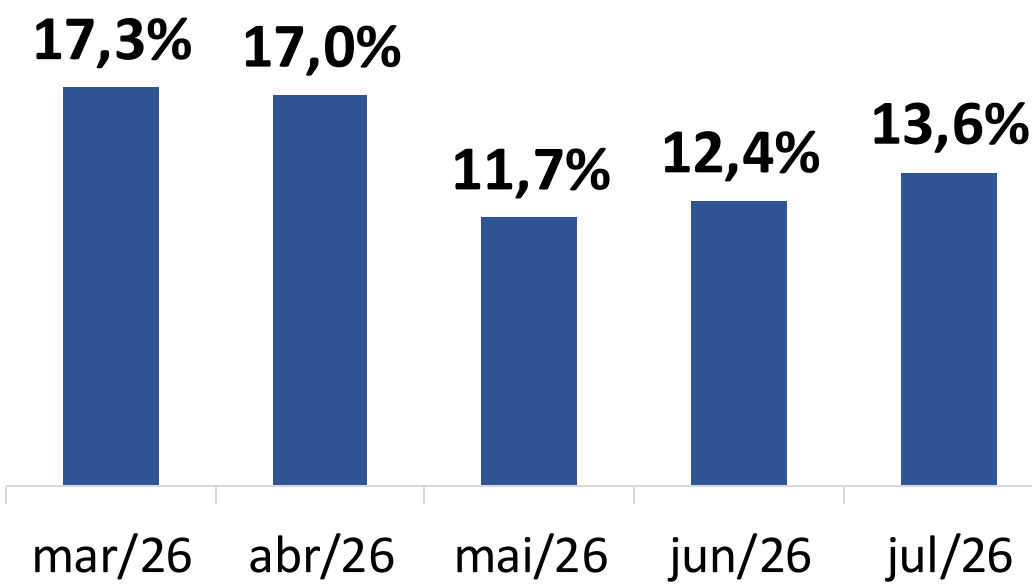
Crescimento da Inadimplência

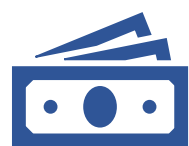
Variação do número de negativados entre mês o mesmo mês do ano anterior

CONSUMIDORES (PF)



EMPRESAS (PJ)





INADIMPLÊNCIA

81% dos inadimplentes “pedalaram” dívidas no último ano usando novo crédito para quitar o anterior

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC Brasil, em parceria com a Offerwise Pesquisas, acende um alerta vermelho sobre a saúde financeira do consumidor brasileiro: a prática de utilizar um crédito para quitar outro é quase geral entre os inadimplentes. De acordo com o levantamento, 81% dos consumidores nessa situação admitiram ter “pedalado” dívidas no último ano, recorrendo a limites de cartão de crédito, cheque especial ou novos empréstimos para cobrir compromissos anteriores.

[Confira a pesquisa](#)

Entre os que pedalaram dívidas:

- 25% declararam fazer isso mensalmente para tentar manter o orçamento em dia
- 37% utilizam a tática ocasionalmente em momentos de aperto
- 19% somente em emergências extremas.

- Entre as principais barreiras para a adoção de métodos organizados, como planilhas ou cadernos de anotações, os entrevistados citam:
- a falta de disciplina para controlar todos os gastos (20%)
- a desmotivação por não enxergarem resultados rápidos (15%) e
- a falsa crença de que a conta de cabeça é suficiente (15%).

- 78% dos entrevistados classificam seu conhecimento financeiro entre regular e ótimo (com 38% avaliando como ótimo ou bom).
- E embora demonstrem ciência que hábitos como controle do orçamento (39%), evitar uso do cartão de crédito (36%) e autocontrole emocional (34%) são as principais atitudes que podem evitar o endividamento.
- Quase metade (48%) não realiza um controle efetivo do próprio orçamento.

- Enquanto 50% afirmam manter a resiliência e cortar gastos não essenciais para sobreviver,
- 50% lidam de forma prejudicial com a situação. Desse total, 18% confessam desmotivação para economizar, por julgarem que pequenos cortes não alteram o tamanho da grande dívida; 17% sofrem recaídas e gastam por impulso devido à sensação de privação; e 16% admitem utilizar o consumo supérfluo como uma forma de compensação para aliviar o estresse gerado pela própria cobrança financeira.



CONGRESSO NACIONAL

Esforço concentrado em agosto

O mês de agosto é marcado pela retomada dos trabalhos no Congresso Nacional, porém com o funcionando em semanas curtas de esforço concentrado e com reuniões agendadas para a segunda e a última semana do mês.

Já partir da segunda quinzena, inicia-se oficialmente o período de campanha eleitoral dos candidatos aos cargos eletivos para deputado estadual e distrital, deputado federal, dois senadores federais e presidente da república.

E para o período eleitoral, a CNDL destaca-se a realização do “Encontro com os Presidenciáveis – Diálogo pelo Futuro do Brasil”, realizado com a União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS), no dia 18 de agosto, em Brasília. A CNDL é uma das associadas e fundadoras da UNECS em âmbito nacional. No encontro foram realizadas rodadas de perguntas aos candidatos à presidência da república Augusto Cury, Renan Santos e Ronaldo Caiado. A candidatura de Flávio Bolsonaro foi representada por Alfredo Gaspar e Rogério Marinho. Lula e Romeu Zema, também convidados, não participaram nem enviaram representantes. No evento também foi entregue o “Manifesto do Setor de Comércio e Serviços” com as pautas prioritárias.

CONGRESSO NACIONAL

Pautas deliberadas na semana de esforço concentrado

Decorrente da primeira semana de esforço concentrado realizado nos dias 11 e 12 de agosto, no Congresso nacional, a CNDL destaca dois temas de interesse do setor que movimentaram as Casas Legislativas federais: o primeiro foi a inclusão do teor do PLP 11/2026 no PLP 114/2026 que seguiu para sanção presidencial, com isso garantirá a isenção dos atuais IRPJ, CSSL e COFINS às entidades sem fins lucrativos em lei complementar e não apenas em ato normativo da Receita Federal do Brasil como está hoje.

O outro tema de destaque foi a MP 1357/2026 que isentou as importações até 50 dólares, a comissão mista não foi instalada e, se não for apreciada, a MP tem vigência até no dia 08 de setembro. A CNDL continua acompanhando o tema e defende a isonomia de tratamento tributário ao varejo nacional.

Retomada dos debates sobre o fim da jornada 6x1

Ainda na segunda semana do mês, as atenções voltam-se para os desdobramentos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim da jornada de trabalho na escala 6x1. A matéria teve um novo andamento após o restabelecimento do diálogo institucional entre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Após uma série de reuniões com o chefe do Executivo, Alcolumbre confirmou que irá despachar o texto para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), destravando a tramitação da proposta na Casa Alta.

CONGRESSO NACIONAL

Retomada dos debates sobre o fim da jornada 6x1

A expectativa atual gira em torno da nomeação do relator e da condução dos debates na CCJ durante o período eleitoral. Embora o avanço para a comissão atenda a um pleito prioritário do governo e das frentes sindicais, a avaliação de lideranças partidárias e analistas é que o rito de análise do mérito e as votações no plenário deverão ocorrer sem acelerar o rito regimental e uma possível votação deve ficar para depois das eleições.

A CNDL é contrária a medida proposta na PEC 221/2019 e apoia a PEC 12/2026 e a PEC 40/2025, amebas em tramitação no Senado Federal.

Cartilha orientativa para entidades do Sistema CNDL – Eleições 2026

Além do lançamento e a disponibilização oficial do **Manifesto do Varejo – Eleições 2026**, em julho, neste mês de agosto, a CNDL lança mais dois conteúdos para apoiar as entidades do Sistema CNDL neste período eleitoral de 2026:

- A versão atualizada da "**Cartilha orientativa para entidades do Sistema CNDL - Eleições 2026**"; e
- A edição especial do **vídeocast "Palavra do Presidente"**, com o presidente da CNDL, José Cesar da Costa, apresentando as pautas defendidas no "Manifesto do Varejo" para direcionar e fortalecer o diálogo republicano entre os líderes das entidades do Sistema CNDL e os candidatos aos cargos eletivos.

Acesse os conteúdos no site e assista no canal do Youtube da CNDL.



www.cndl.org.br